

Relações raciais e mudança social no Brasil: as publicações de Fernando Henrique Cardoso

Racial relations and social change in Brazil: the publications of Fernando Henrique Cardoso

MARCOS ABRAÃO RIBEIRO

RESUMO:

Este artigo analisa os temas das relações raciais e da mudança social presentes na obra de Fernando Henrique Cardoso, produzida no período entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1960, na Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Florestan Fernandes. Para tanto, retomamos suas pesquisas sobre as relações raciais realizadas em Florianópolis, Pelotas e Porto Alegre que foram responsáveis por construir nova interpretação sobre as relações raciais e o preconceito racial em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conjuntamente, analisaremos os artigos sobre as questões agrária, educacional e proletária durante a década de 1950, que tinham como objetivo central apontar os obstáculos à mudança social através do conceito de “demora cultural”. Para Cardoso, o grande entrave à mudança social era a herança do “antigo regime” estamental e patrimonialista, responsável por transplantar o tradicionalismo que agia como bloqueio à institucionalização plena da ordem moderna pautada pela urbanização, industrialização, racionalização, secularização e pelas classes sociais. Fazemos esta análise conjunta com o objetivo de defender a complementaridade entre os dois temas, pois um entendimento amplo das teses de Cardoso apresentadas nos textos sobre a mudança social é alcançado quando os relacionamos às pesquisas sobre as relações raciais. Procuramos construir uma visão abrangente de sua obra, uma vez que ela termina sendo circunscrita por grande parte dos seus intérpretes ao tema da dependência.

Palavras-chave: Relações raciais, FHC, Mudança social, Desigualdade.

ABSTRACT:

This article analyzes topics on racial relations and social change present in the work of Fernando Henrique Cardoso between late 1950s and early 1960s, in the course of Sociology of the Faculty of Philosophy, Sciences and Language of the University of São Paulo, under the supervision of Florestan Fernandes. In this way, we focused our research on racial relations in Florianópolis, Pelotas and Porto Alegre, which were responsible for constructing a new interpretation on racial relations and racial prejudice in Santa Catarina and Rio Grande do Sul. In addition to that, we will examine the articles on agrarian, educational and proletarian issues during the 1950s, which had the goal of exposing the obstacles to social change through the concept of "cultural delay". According to Cardoso, the great obstacle to social change was the inheritance of the "old regime", responsible for transplanting the traditionalism that acted as a barrier to the full institutionalization of the modern order based on urbanization, industrialization, rationalization, secularization and social classes. We make this analysis with the aim of supporting the complementarity between the two topics, since a broad understanding of Cardoso's theses presented in the texts on social change is reached when we relate them to research on racial relations. We seek to construct a comprehensive view of his work, since it ends up being restricted by most of his experts to the subject of dependency.

Keywords: Social relations, FHC, Social Change, Social Inequality

INTRODUÇÃO

As interpretações do Brasil gestadas na década de 1950 possuem como uma de suas características marcantes o conceito de mudança social¹. Este seria um período em que o país deixaria de ser uma ordem agrária, tradicionalista, autoritária e "atrasada" para se tornar uma ordem industrial, competitiva, secularizada, racionalizada, democrática e "moderna".

Como aponta Botelho (2008), a sociedade brasileira dos anos 1950 era caracterizada como uma sociedade em movimento. Ela tinha nos seus intelectuais os portadores da missão de redimir o passado e de instaurar a modernidade². Ou seja, os intelectuais da década de 1950 tiveram uma postura de recusa à "tradição" e um

¹ Gostaríamos de agradecer a Edison Bariani Junior pelas críticas e sugestões à versão anterior deste trabalho. É importante frisar que as ideias defendidas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor.

² Villas Bôas(2006) argumenta que os intelectuais dos anos 1950 tinham como ideal normativo engendrar uma correspondência entre fazer ciência e fazer história, uma vez que a sociologia teria o papel de saber racional responsável pela construção de uma consciência crítica e pela "mudança provocada" para a institucionalização plena da modernidade. A sociologia dos anos 1950 teria como marca principal a luta pela "mudança provocada", elemento que havia sido incorporado pelos sociólogos brasileiros da obra de Karl Mannheim (VILLAS BÔAS, 2006). A autora argumenta ainda que as análises sobre a desigualdade e a visão construída sobre os pobres tinham como horizonte normativo a instauração da ordem moderna legal e igualitária que se constituiria no sentido weberiano (Idem, p.97).

comprometimento total com a ordem moderna, secularizada e competitiva (BOTELHO, idem).

Dentro desse contexto se insere a produção de Fernando Henrique Cardoso como primeiro assistente de Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Cardoso estudou a ordem escravista e também a sociedade dos anos 1950 com o objetivo de apontar os entraves à consolidação do Brasil moderno. Através de suas pesquisas sobre as relações raciais no sul do país e também dos textos sobre a mudança social, Cardoso defendia que a sociedade brasileira dos anos 1950 ainda possuía contra si uma pesada herança do passado escravista e tradicional que a fazia ainda muito desigual e atrasada.

Essas publicações, no entanto, acabaram ficando obscurecidas em sua produção intelectual devido a dois fatores. O primeiro fator é a mudança de rumos em sua tese de doutorado devido à utilização do marxismo derivado do Seminário de Marx³, que o fez enfocar como elemento mais importante as contradições entre capitalismo e escravidão e não o tema das relações raciais, como havia sido definido previamente.

O outro fator é a importância que o tema da dependência possui em sua produção intelectual e na conseqüente atenção que é dada pelos seus intérpretes. Depois que Cardoso assumiu a presidência da República, em 1995, foi difundido o argumento de que ele teria dito a frase “Esqueçam tudo que escrevi”. Bernardo Sorj (2000) sistematizou essa tese argumentando que realmente existe uma assimetria entre o intelectual e o político. Outros, no entanto, procuram ver uma grande coerência entre as duas instâncias, uma vez que Cardoso teria aplicado o diagnóstico sobre a dependência que havia feito juntamente com o sociólogo chileno Enzo Faletto no final dos anos 1960.

Se essas interpretações avançam ao apontar a ligação entre a produção intelectual e a atuação política de Cardoso, acabaram contribuindo sobremaneira para que a dependência fosse alçada ao patamar de “variável independente” em sua produção intelectual, ou seja, para que se tornasse elemento através do qual as possíveis coerências/incoerências fossem buscadas na relação entre o intelectual e o político, como são os casos dos trabalhos de Bastita Jr (1999), Traspadini (1999) e Velasco e Cruz (1999).

Nosso intuito neste texto é enfocar os temas das relações raciais e da mudança social, aos quais o autor se dedicou em sua juventude, com o objetivo de demonstrar a

³ A partir dos estudos realizados no Seminário de Marx, fundado em 1958, Cardoso deixa de utilizar o estrutural-funcionalismo como o aporte teórico-metodológico mais importante, colocando em seu lugar a dialética marxiana. Para uma análise sobre o significado do seminário, ver Schwarz (1998).

complementaridade entre as duas esferas, ou seja, como o entendimento amplo de suas publicações sobre a mudança social apenas é alcançado quando relacionado às pesquisas sobre as relações raciais. De forma conjunta, procuramos construir uma visão mais abrangente da obra do sociólogo paulista, indo, com isso, de encontro à visão hegemônica que expusemos acima. Como exemplo, podemos citar a visão de Cardoso sobre o nacionalismo nos anos 1950, que é oposta à interpretação consagrada pela teoria da dependência:

Ora, o nacionalismo moderno surge exatamente como tipo de ideologia que permite atender às condições do desenvolvimento econômico rápido nos países onde a opinião pública (na qual as camadas intermediárias da sociedade, a intelectualidade, alguns setores do campesinato e o proletariado urbano constituem forças decisivas) começa a atuar, tendo possibilidades de imprimir ao processo de desenvolvimento econômico o rumo que deseja. Daí que o nacionalismo apareça não apenas como uma bandeira anti-imperialista, mas também como uma bandeira para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política (pelo alargamento das franquias democráticas), umas e outras reivindicações complementares (CARDOSO, 1957a, p.97).

Para Cardoso (1957a), o nacionalismo possuía um papel de ideologia galvanizadora das massas existentes nos países subdesenvolvidos. Precisamente, o nacionalismo seria elemento central para que o Brasil saísse da condição de país subdesenvolvido. Como afirmamos acima, a ênfase na produção intelectual realizada nos anos 1950 nos dá a possibilidade de construirmos uma visão abrangente da produção do sociólogo uspiano, bem como demarcar sua importância. Feito este parêntese, enfocaremos as questões das relações raciais e da mudança social.

A temática das relações raciais teve centralidade na cadeira de Sociologia I da USP durante os anos 1950. A entrada dos uspianos nos estudos sobre as relações raciais é creditada ao Projeto Unesco sobre as relações raciais no Brasil⁴. O projeto, todavia, apenas abreviou a entrada dos intelectuais vinculados à cadeira de Sociologia I⁵ nesta temática. Isto porque a proposição de um estudo sobre as relações raciais em São Paulo

⁴ Marcos Chor Maio (1997) fez a pesquisa mais abrangente e sistemática sobre o Projeto Unesco e sua relação com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. O Projeto Unesco realizou pesquisas no Nordeste e no Sudeste com o objetivo de constituir novas leituras sobre a realidade brasileira, que passava, durante os anos 1950, por um processo acelerado de modernização capitalista (CHOR MAIO, 1999, p.141).

⁵ O sistema de cátedras era composto por um professor catedrático, que possuía domínio vitalício sobre a cátedra e seus assistentes. O professor catedrático definia quais rumos de pesquisa seriam tomados pela cátedra, bem como quais seriam os seus assistentes. Este sistema perdurou na USP até início dos anos 1970, quando foi substituída pela organização em departamentos, em um formato americano. Para uma análise das implicações deste processo, ver Werneck Vianna (2004).

havia sido feita por Paulo Duarte, editor da Revista Anhembi, a Florestan Fernandes e Roger Bastide (CARDOSO, 2008).

Todavia, foi com o Projeto Unesco que a temática das relações raciais tornou-se a questão mais importante da cadeira de Sociologia I. As pesquisas foram feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que dialogavam diretamente com a obra de Gilberto Freyre, objetivando demonstrar que a classe não era o único critério classificatório (CARDOSO, 2008, p. 12-13). Durante a realização da pesquisa, Cardoso participou como ajudante.

A partir da utilização do método funcionalista os autores procuravam demonstrar como os valores sociais se modificavam à medida que também mudavam as estruturas sociais. Desta forma, podiam demonstrar como havia uma conexão entre o preconceito de classe e o de raça (CARDOSO, 2008, p.15).

As pesquisas feitas por Cardoso foram um desdobramento dos trabalhos de Florestan e Bastide realizadas em São Paulo para o Projeto Unesco. Junto com Renato Jardim Moreira e Octávio Ianni, Cardoso estudou o sul do Brasil, que possuía como pressuposto a ideia de que constituiu sociedades em que não havia preconceito⁶. A pesquisa sobre Santa Catarina teve como fundamento teórico-metodológico o funcionalismo, que àquela altura era utilizado por Florestan Fernandes como o elemento principal a nortear suas pesquisas.

Esta utilização, todavia, é modificada na pesquisa seguinte sobre o Rio Grande do Sul, como apontei acima. Em 1958 Cardoso e outros intelectuais uspianos, como José Artur Gianotti, Fernando Novais e Paul Singer, criaram o Seminário de Marx, no qual procuravam fazer uma análise rigorosa de “O Capital”, obra máxima de Karl Marx, com o intuito de se contrapor ao marxismo difundido pelo PCB. Este era considerado como marxismo vulgar pelos integrantes do seminário. Ao contrário do PCB, a relação construída pelos intelectuais uspianos como a obra de Marx era puramente acadêmica. A entrada no seminário fez com que a temática das relações raciais perdesse o patamar de centralidade na pesquisa de Cardoso e fosse obscurecida pela análise das contradições entre capitalismo e escravidão, como apontamos acima.

⁶ De forma precisa, Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira e Octávio Ianni estudaram de forma conjunta Santa Catarina. Como trabalhos de doutorado, Octávio Ianni estudou o Paraná escravocrata, e Cardoso, o Rio Grande do Sul. Como resultados, houve a publicação, respectivamente, dos livros “As metamorfoses do Escravo” e “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul”, por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente.

Esta mudança contribuiu de forma decisiva para que a temática das relações raciais fosse completamente obscurecida pelas análises da obra de Cardoso, como pode ser visto no trabalho de Cotrin (2001). Além disso, a dependência passou a figurar como uma “variável independente” no pensamento do autor, fazendo com que a procura de possíveis coerências ou incoerências em sua produção fosse efetuada exclusivamente na questão da dependência⁷.

Nosso intuito neste texto, todavia, é evidenciar esta parte esquecida da obra de Cardoso, juntamente com a temática da mudança social. Além da construção da leitura alternativa da tese de doutorado do autor, faremos uma ligação entre ela e suas publicações sobre a mudança social com o objetivo de demonstrar a complementaridade entre ambas.

1. AS RELAÇÕES RACIAIS NA OBRA DE FHC

Argumentamos acima que a temática das relações raciais ficou obscurecida por conta da entrada de Cardoso no Seminário de Marx, que resultou na colocação da contradição entre capitalismo e escravidão como o elemento mais importante de sua tese. As relações raciais ficaram, portanto, como uma questão subordinada. Por conta disso, faremos uma leitura alternativa de sua tese de doutorado, colocando as relações raciais como elemento mais importante⁸. A partir desta leitura aliada a sua pesquisa sobre Santa Catarina, acreditamos poder evidenciar a importância desta parte esquecida da obra de Fernando Henrique Cardoso.

Embora a primeira incursão de pesquisa de Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira⁹ no sul do Brasil tenha ocorrido em 1955, em Porto Alegre, iniciamos

⁷ Tal visão reducionista da obra de Cardoso pode ser vista em Tavoraro (2005). Ainda sobre estas pesquisas, Cardoso (2006) argumenta: “Foi um marco. O papel do Florestan foi muito importante, pois nós todos aprendemos a pesquisar naquele trabalho sobre os negros. A ideia do Florestan era transformar São Paulo em um laboratório para a análise sociológica, como o Robert Park, o Louis Wirth e outros haviam feito em Chicago” (p.73).

⁸ Além de fazermos uma leitura alternativa da tese sobre o Rio Grande do Sul escravocrata, também utilizaremos os resultados publicados por Cardoso sobre as relações raciais na sociedade de classe em Porto Alegre nos anos 1950 que iriam ser parte da tese de doutorado, mas acabaram sendo obscurecidas pela virada feita por Cardoso para analisar as contradições entre capitalismo e escravidão com a fundação do Seminário de Marx. Acreditamos que a partir dela podemos conectar de maneira integrada as dimensões raça/classe para pensar o preconceito racial.

⁹ Outro elemento que precisa ser chamado atenção é o referente à participação de Renato Jardim Moreira. À época da pesquisa, Moreira era o segundo assistente da Cadeira de Sociologia I e participou ativamente da elaboração e da pesquisa de campo. Como publicação, todavia, só teve a participação no trabalho “O

nossa abordagem com a pesquisa realizada em Florianópolis, já que esta foi a primeira a ser publicada de forma sistemática, por meio do livro “Cor e mobilidade social em Florianópolis”¹⁰, de 1960. Ao analisar as relações raciais em Florianópolis, local que teve pouca utilização de mão de obra escrava, Cardoso parte do exame do desenvolvimento econômico da região desde o período colonial.

A partir dos interesses de expansão econômica e político-militar foi feita a ocupação do sul do país por portugueses e paulistas. Essa ocupação não teve como característica a utilização intensiva da mão de obra escrava como era feito, por exemplo, no Nordeste do Brasil, estruturado pela economia canavieira, ou na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. A utilização da mão de obra escrava foi muito reduzida. Cardoso (2000¹¹) afirma que durante os primeiros 50 anos de colonização da Ilha de Santa Catarina e de Desterro¹² a atividade econômica tomou um formato de economia de subsistência.

Para compreender as relações raciais em Santa Catarina, Cardoso fez em sua análise uma relação entre o desenvolvimento econômico e a penetração dos negros, pois à medida que a atividade econômica se mostrava mais intensa, a presença do escravo negro aumentava. Mesmo com o incremento da população negra durante o século XVIII — devido, sobretudo, à pesca —, o aumento absoluto da população foi consequência da vinda dos imigrantes açorianos (CARDOSO, *idem*).

O período mais significativo da estrutura econômica da Ilha de Santa Catarina e de Desterro relativo à inserção dos escravos foi durante o século XIX. Houve a

estudo sociológico das relações raciais entre negros e brancos no Brasil meridional”, apresentado em 1955 no encontro da Associação Nacional de Antropologia e publicado nos anais em 1957b. Logo após, Renato sai da Faculdade de Filosofia e vai trabalhar no Centro Regional de Pesquisas (FLORESTAN,1978), deixando o protagonismo apenas para Cardoso e Ianni.

¹⁰ Em 1958, Cardoso publica um pequeno artigo, intitulado “O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional”, em que apresenta alguns resultados da pesquisa em Florianópolis.

¹¹Estou utilizando como referência o livro “Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas”, publicado pela Editora Insular, em 2000. Este livro representa a parte da pesquisa feita por Cardoso. A pesquisa do sociólogo havia sido publicada conjuntamente com a feita por Octávio Ianni no livro “Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional”. Ao receber a proposta da editora Insular, de Florianópolis, para republicar o livro junto com Cardoso, Ianni recusou-se a fazê-lo porque havia rompido com o antigo amigo por conta das posições tomadas por Cardoso no campo político, sobretudo depois que assumiu a Presidência da República.

¹² Como Cardoso e Ianni (1960a) chamam atenção na introdução do livro, até o século XIX a cidade de Florianópolis era chamada de Desterro.

utilização de escravos negros nos vários setores que compunham a atividade econômica da região. Cardoso afirma, porém, que a mão de obra escrava não suplantou a mão de obra assalariada ou independente durante este período. Ainda assim, essa maior utilização do trabalho escravo fazia com que a suposta singularidade da Ilha de Santa Catarina e de Desterro em relação ao restante do país — em vista da pouca utilização dos escravos — pudesse ser refutada. Cardoso afirma que a relação entre senhor e escravo, ocorrida na região de Santa Catarina, contava com critérios avaliativos que eram os mesmos das regiões onde a utilização do negro foi bastante intensa.

Em Desterro, o regime escravocrata começou a ser desagregado em 1872 devido à diminuição constante das matrículas de escravos (CARDOSO, *idem*). A campanha antiescravista, por sua vez, foi marcada por fortes apelos humanitários. Todavia, “não surgiu nenhum grupo de brancos ou de negros que tivesse feito uma crítica mais profunda da escravidão e que propusesse medidas mais radicais na solução do problema do escravo, em termos de homem negro” (CARDOSO, 2000, p.185). Portanto, não houve uma ação em termos da construção de condições concretas para a integração do negro como um cidadão efetivo na sociedade de classes nascente em Florianópolis.

O processo de não reconhecimento social do escravo gerou consequências deletérias para o liberto inserido na nascente sociedade de classes. Isto ocorria porque o “(...) liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição que deveria pesar ainda sobre seus descendentes” (CARDOSO, 2000, p.172). Isto fez com que na sociedade de classes em formação, na qual o negro era considerado como formalmente cidadão, não houvesse uma inserção efetiva.

A subintegração ocorria devido à não ascensão do grupo negro na nova sociedade, pois a possibilidade de tal fato era meramente formal. Assim, a sociedade de classes surgia profundamente desigual uma vez que a herança da sociedade escravista havia sido transplantada. Neste ponto a situação de Florianópolis teve um caráter de singularidade. Cardoso (*idem*) afirma que nas outras regiões do país os processos de urbanização e industrialização aceleraram a ação de desagregação da antiga ordem senhorial, de caráter estamental, abrindo possibilidades efetivas de ascensão para os negros. No caso de Florianópolis, a nódoa da escravidão ainda se mantinha efetiva naquela sociedade em plena década de 1950, ou seja, 62 anos após o término do regime escravocrata na capital catarinense.

O fim da escravidão não representou o término das avaliações negativas que eram feitas no regime escravocrata sobre os negros. Mesmo na sociedade de classes

houve um processo intenso de não reconhecimento social dos negros, na medida em que não eram reconhecidos pelos brancos como cidadãos efetivos.

O peso do elemento moral no processo de avaliação dos ex-escravos era precisamente demonstrado na rejeição social exercida pelo branco contra os negros e os mestiços de forma a impedir a participação destes em seus círculos sociais. Ou seja, havia uma falta de “estima social” conforme apontado por Axel Honneth (2009). Nesse sentido, Cardoso defendia que a sociedade de classes guardava traços de similaridade com a sociedade escravocrata. Dentro da “nova sociedade”, os negros que conseguiam certa ascensão social faziam parte das camadas intermediárias — e, em geral, procuravam se isolar socialmente da população negra e dos demais segmentos pobres, reforçando a reprodução da desigualdade social.

Este processo pode ser visualizado através da tese de Cardoso sobre a existência de uma elite negra naquela sociedade. Os negros pertencentes à elite se inscreveram exclusivamente no sistema artesanal e semiartesanal. Para tal ascensão, todavia, as relações de proximidade com os brancos mostravam-se fundamentais. Neste sentido, nem todos os negros possuíam um estatuto de não reconhecimento social na nova sociedade. Todavia, o reconhecimento que estes possuíam advinha das relações que constituíram com os brancos. Estes últimos eram responsáveis por inseri-los em posições que geravam reconhecimento pela execução de atividades que eram predominantemente de brancos.

Mesmo demonstrando a existência de gradações na composição do grupo negro em Florianópolis, Cardoso afirma que a ascensão social e a diferenciação interna eram incipientes na realidade daquela cidade. O sociólogo advoga que na capital catarinense (idem) “não há diferenças essenciais nas posições sociais ocupadas pelos ‘mulatos’ ou pelos ‘negros’, que se distribuem de forma mais ou menos indiscriminada na estrutura ocupacional da cidade” (CARDOSO, 2000, p.193). Com a constituição da sociedade de classes em Florianópolis houve a afirmação de um ideal de branquidade. Este ideal pode ser compreendido como a centralidade da dimensão estética do racismo.

Cardoso demonstrou que “(...) há similitude entre os padrões de contato inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes” (CARDOSO, 2000, p.194). Em virtude disso, Cardoso (idem) advoga a existência de padrões gerais de contato inter-raciais em pelo menos boa parte do Brasil, o que consideramos uma tese certa.

O tipo de contato inter-racial existente em Florianópolis demonstrou que não existiam diferenças substanciais em relação à realidade de São Paulo, pois “havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro” (CARDOSO, 2000, p.197). Ao analisar a sociedade de classes, Cardoso (idem) demarca a importância da falta de “estima social” para a compreensão do preconceito racial e da desigualdade:

Por outro lado, como a intensidade da rejeição social do negro era grande e as transformações na estrutura ocupacional, e conseqüentemente no sistema global de posições sociais, foram relativamente pequenas até há mais ou menos vinte anos, os padrões de contato inter-racial elaborados no passado puderam preservar-se. Isso equivale a dizer que, mesmo com a emergência do sistema de classes sociais em Florianópolis, fatores irracionais ligados a diferenças raciais continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade, e por esse meio manteve-se a exploração social, sob fundamento supraeconômico, de um “grupo racial” sobre outro: dos brancos sobre os negros (p.200).

A análise de Cardoso sobre a escravidão na capital catarinense demonstrou que a pretensa singularidade das relações raciais em virtude da pouca utilização da mão de obra escrava era algo fictício. Mesmo não havendo a utilização maciça de escravos como ocorreu, por exemplo, em São Paulo, as relações raciais em Santa Catarina não diferiram do padrão da sociedade escravocrata paulista, estudada por Florestan Fernandes, além de terem deixado pesada herança tradicionalista para a sociedade de classes que transplantou a profunda desigualdade da ordem estamental e tradicionalista.

2. AS RELAÇÕES RACIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Cardoso (1993) afirma que sua pesquisa teve como objetivo contrastar o negro idealizado de Gilberto Freyre. Esta imagem fora responsável por constituir o mito da brasilidade através de uma visão mítica e utópica deste. Antes da obra de Cardoso sobre o Rio Grande do Sul vigorava a tese de que a sociedade riograndense teria tido uma formação democrática. Nesse sentido, a obra de Cardoso demonstrou o equívoco desta tese, assim como já havia feito em Santa Catarina. Ele afirma que a sociedade gaúcha se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, com a constituição de posições assimétricas na estrutura social. Estas correspondiam a formas de comportamento

reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (CARDOSO, 2003). Desta forma a sociedade rural gaúcha se caracterizava pelo seu caráter latifundiário e escravista, estruturada pelos criadores de gado e charqueadores (CARDOSO, *idem*).

O incremento da economia não foi responsável apenas pela utilização expressiva da mão de obra escrava, mas se traduziu também na intensificação da atividade comercial. Esta desempenhava nas vilas e cidades o papel que as estâncias exerciam na economia rural como núcleo dinâmico da acumulação de riqueza (CARDOSO, 2003, p.81).

A importância do comércio ajuda a demonstrar que a utilização de negros no Rio Grande do Sul não se circunscreveu apenas ao âmbito rural. Os escravos foram aproveitados também nos serviços domésticos e nos artesanatos. Cardoso (*idem*) ressalta a importância do negro no sistema artesanal urbano na medida em que esta profissão revestiu-se de grande significação para integração do negro à sociedade de classes. A atuação dos negros no âmbito urbano podia ser vista de forma precisa nos ofícios e serviços ligados ao comércio e mercadorias, pois estes eram efetuados apenas por negros (CARDOSO, 2003, p.83).

Ao contrário do postulado da historiografia gaúcha, as relações raciais e sociais no Rio Grande não possuíam nenhum elemento democrático. Nesse sentido, Cardoso afirma que as relações sociais existentes na sociedade gaúcha durante o século XVIII e início do século XIX foram marcadas pela existência de formas autocráticas de dominação, baseadas no recurso ao arbítrio e à força bruta, como componentes essenciais para a manutenção do controle social (CARDOSO, *idem*).

A consideração da sociedade rural gaúcha como democrática vale como elemento demonstrativo do padrão brasileiro de convivência inter-racial, uma vez que “toda reconstrução do passado rio-grandense em termos da ‘sociedade rural democrática’ visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como realmente e não socialmente inferior” (CARDOSO, 2003, p.136).

Inserido na ordem patrimonialista estruturada pelo arbítrio e a violência, o negro tinha o seu estatuto de humanidade plenamente derruído na sociedade gaúcha. O escravo era considerado como coisa, pois era representado pelos homens livres e também se autorrepresentava como um ser incapaz de ações autônomas (CARDOSO, 2003, p.161). Além do domínio da ordem patrimonialista na ordem escravista, vigia um elemento moral responsável pelo não reconhecimento dos escravos como humanos, resultando na desestruturação psicossocial destes na sociedade de classes que sucederá a escravidão no

Rio Grande do Sul — tese defendida também por Florestan Fernandes (2008a, 2008b) em sua pesquisa sobre a (sub)integração do negro à sociedade de classes paulistana.

Joaquim Nabuco (2000), no seu clássico “O Abolicionismo”, chamava a atenção para os efeitos deletérios que a moralidade exercia sobre os escravos. Nabuco demonstrou como o processo intenso de não reconhecimento social dos negros acarretou a anulação da personalidade, ferindo decisivamente a dimensão da dignidade deste contingente humano. Como consequências, estes se constituíram como “cadáveres morais” (NABUCO, *idem*). Além deste ponto, sua interpretação sobre a escravidão demonstrou como esta seria para nós uma espécie de “instituição total”, que possuía efeitos de significação moral, política, econômica e social para a nação (NABUCO, *idem*).

Cardoso (*idem*) afirma que os escravos não encontravam a condição de pessoa humana objetivada no respeito e nas expectativas construídas em torno deles pelos homens livres. Isto resultava em que diante “da impossibilidade real de reconhecimento social, a objetivação imaginária, subjetiva, na condição de senhor de outros seres vivos, nada mais reflete senão a alienação essencial do escravo” (CARDOSO, 2003, p.164). A escravidão possuía um caráter amplo e totalizador na sociedade gaúcha, na medida em que ela impunha uma série de avaliações sobre o papel do empreendedor, sobre o trabalho, sobre os homens livres, sobre a sociedade e sobre o destino humano (CARDOSO, *idem*).

Na sociedade escravocrata gaúcha, a constituição de um estilo de vida senhorial apenas ocorreu devido à expansão da pecuária e da exploração do charque. Nas estâncias rústicas, a inexistência do senhorio funcionava como um fator agravante das condições de vida dos escravos, já que a violência e o arbítrio eram elementos fundamentais para a manutenção das posições de domínio (CARDOSO, 2003, p.169).

Para explicar o não reconhecimento que se abatia sobre os negros, Cardoso (*idem*) afirma que este ocorria “graças ao processo de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita a que o sujeitavam” (p.175). O não reconhecimento engendrado pelos senhores contra os escravos dava-se desde a tenra infância dos negros, quando se iniciava o processo de socialização:

Do ponto de vista da percepção social do senhor a reificação do escravo era total. A descrição das relações entre a criança escrava e o filho do senhor indica que as técnicas socializadoras do sistema escravocrata permitiam que os senhores mantivessem atitudes e orientassem as ações a partir de normas que implicavam a

despersonalização do escravo. A violência, a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o senhor regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades (CARDOSO, 2003, p.176).

Tal fato tinha papel decisivo para a reprodução de um sistema social fortemente arbitrário e desigual. A ação mais violenta em relação ao negro ocorria, sobretudo, no âmbito das charqueadas, nas quais eles tinham um processo de “socialização parcial” responsável pela assimilação de técnicas, normas e valores que apenas davam condições de executarem o rude trabalho muscular das fazendas e do charque (CARDOSO, 2003, p.179). Nas cidades as relações entre brancos e negros tinham um caráter mais “benévolo”. Por exemplo, o escravo-artesão — cuja atividade não dependia exclusivamente da força muscular — alcançava condições de ordem material e moral distintas dos escravos radicados no campo (CARDOSO, 2003, p.182). Tal ação diferenciada lhe trazia a possibilidade do reconhecimento da existência do estatuto de pessoa humana. O tratamento diferenciado dispensado a este também era feito com o escravo doméstico, como ocorria no restante do país (CARDOSO, *idem*). Embora menos brutal, o tratamento dispensado aos escravos de casa “não criava (...) condições para a reação crítica do escravo à sociedade escravocrata ou à espoliação social do negro que depois da Abolição os brancos tentaram manter” (*Ibidem*, p.183).

Existiam, portanto, três tipos de escravos na sociedade gaúcha. O escravo das fazendas e charqueadas, o escravo doméstico e o escravo-artesão. Destes, apenas o escravo-artesão conseguiu completar o seu processo de socialização a ponto de conseguir se autorreconhecer e ser reconhecido como ser humano. Desta forma, ele pôde lutar pela inserção na sociedade de classes. A partir dessa diferenciação entre os escravos na sociedade gaúcha, temos condições de observar como o preconceito racial instituído na sociedade de classes será dividido entre as dimensões da classe e da raça.

O malogro do regime escravocrata no sul deu-se em virtude de dois fatores cruciais: a abolição da escravatura e a imigração. O abolicionismo no Rio Grande do Sul funcionou como um processo de “falsa consciência”, na medida em que suas ações foram realizadas de acordo com os interesses da economia escravocrata que estava sendo derruída (CARDOSO, *idem*). Além disso, o abolicionismo não modificou a

representação social engendrada pelos senhores e homens brancos livres sobre os escravos. Desta forma, o negro liberto em 1884 e 1888 permaneceu na consciência e no comportamento dos homens brancos representado como coisa (CARDOSO, 2003, p.282).

Tal processo ocorria devido à forma de inserção dos escravos na sociedade gaúcha que, como vimos, organizou os negros desde as charqueadas, estâncias, trabalhos domésticos até ao artesanato. A atividade realizada pelo escravo-artesão foi responsável por retirar desta forma de trabalho escravo o seu caráter anti-humano que era característico do trabalho escravo resumido à aplicação exclusiva da força muscular bruta (CARDOSO, idem). Como escreve Cardoso (idem): “Agindo como não-escravo, o negro podia desenvolver alguma consciência crítica, e o branco podia perceber, na própria ação dos escravos, as contradições encerradas nas representações que construía sobre o negro-escravo”(p.308).

A internalização da imagem construída pelos brancos dos escravos como coisa foi responsável por uma constituição extremamente deletéria da sociedade de classes que substituiu a ordem escravocrata no Rio Grande do Sul:

A descrição sombria, e verdadeira, do que ocorreu depois de (18)84 não deixa margem para dúvidas quanto ao comportamento dos escravos: “a vadiagem progride desenfreadamente; o abuso da aguardente marcha a par com a degradação moral; a prostituição toma proporções inquietantes e o pauperismo aumenta com esse grande número de indivíduos que, lançados de chofre em um meio muito diferente daquele em que viviam e cercados de novas e urgentes necessidades, estragam-se pela maior parte na orgia vegetando em lastimável miséria, onde fatalmente perecerão, arrastando a sua descendência”(CARDOSO,2003, p.312-13).

Caso não fizessem as ações citadas acima, tinham como “opção” se rebelarem contra tudo que o trabalho desqualificado pela escravidão significava, o que fazia com que os negros vivessem na ociosidade e no desregramento (CARDOSO, 2003, p.316). Ou seja, a sociedade escravista deixou como herança uma profunda desigualdade social que estruturava as relações sociais De acordo com Cardoso (idem), o ato de “revolta contra o *status quo* significava, automaticamente, a condenação à miséria e a condições morais sub-humanas de vida” (p.316). Cardoso afirma que esta nova etapa representou uma ressignificação do preconceito sobre o negro. Ele passou a ser caracterizado como ocioso e a agir desta forma (CARDOSO, idem).

A partir do início da sociedade de classes o problema do negro aparece como um dado crucial. Nesse sentido, na sociedade de classes nascente havia evidentes atribuições negativas aos negros: “Os brancos isolavam certos aspectos do comportamento dos negros das condições que os produziam, passando a encará-los como atributos invariáveis da ‘natureza humana’ dos negros” (CARDOSO, 2003, p.320).

Havia o objetivo de impedir que os negros participassem juntamente com os brancos dos benefícios da ordem formalmente democrática que havia sido instaurada, como fica evidente no impedimento destes de frequentarem as mesmas escolas ou dançar nos mesmos salões (CARDOSO, 2003, p.320). A exclusão dava-se também em âmbito oficial, precisamente nas repartições públicas. Ocorriam fraudes nos concursos para que os negros não alcançassem as posições de maior prestígio e remuneração no serviço público (CARDOSO, idem), e não conseguissem constituir um posicionamento crítico sobre o preconceito racial que sofriam:

Os negros acabaram por aceitar a representação que os brancos faziam deles e a legitimidade da ideologia da “sociedade sem preconceitos” que lhes foi imposta. Não era o branco que era arrogante, mas o negro que era humilde; não havia falta de oportunidades sociais para o negro trabalhar, o negro é que era tímido ou vagabundo; não era o branco que evitava socialmente o negro, era o homem instruído que não podia conviver com o negro braçal. O grande espoliado transformava-se no responsável pelo “estado de acabrunhamento” cujos efeitos mascaravam tão fortemente a personalidade-status do homem negro que, no presente, quase todos se definem como vítimas de um terrível “complexo de inferioridade”, “complexo de negritude”. Alienação mais completa seria impossível: aceitaram a imagem do negro e a ideologia da convivência inter-racial desenvolvidas pelos brancos; e definiram como projeto a inautenticidade, motivados pela ideologia do branqueamento (CARDOSO, 2003, p.324).

Apesar de toda a situação adversa, houve a organização de grupos negros responsáveis por minorar a situação da comunidade negra na sociedade de Porto Alegre¹³.

¹³A pesquisa sobre as relações raciais feita por Cardoso no Rio Grande do Sul foi dividida entre Pelotas e Porto Alegre. O autor procurou demonstrar como a escravidão urbana se diferenciou da escravidão agrária. Neste sentido, o autor argumenta: “Condições histórico-sociais peculiares fizeram que em Porto Alegre os negros encontrassem, depois da Abolição, possibilidades relativamente amplas de ajustamento à estrutura ocupacional da economia livre da cidade. Nela a escravidão foi preponderantemente doméstica, e

Os canais de ascensão do negro, entretanto, eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas. A democracia brasileira e sua matriz classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime (CARDOSO, 2003, p.330).

Cardoso (1960b) afirma que as várias entrevistas feitas com negros porto-alegrenses demonstravam como eles tinham como ideal a obtenção de melhores posições na sociedade. Todavia, a história de vida de cada um dos negros entrevistados possuía elementos dramáticos oriundos da cor da pele e da condição socioeconômica que demonstravam como a sociedade capitalista em formação possuía elementos da sociedade estamental na avaliação dos negros que deixavam, muitas vezes, a possibilidade de ascensão como ideal para a geração seguinte. Precisamente, a sociedade de classes reproduzia a profunda desigualdade que era um elemento estrutural da sociedade escravista.

Como a ascensão era um ideal central, a obtenção de títulos como de bacharel, normalista ou posição de destaque era comemorada pelos clubes de negros. Esta ascensão, todavia, não representa a defesa do grupo negro pelo indivíduo que conseguiu ascender, pois este jovem doutor “possivelmente deixará dentro de pouco tempo de frequentar o clube que o homenageou, visto que, doravante, formalmente, agirá como pertencente à outra camada social” (CARDOSO, 1960b, p.585). Dentro da sociedade porto-alegrense havia a difusão da ideia de que os negros apenas eram aptos para os trabalhos de tipo braçal, ou seja, para atividades social e moralmente desqualificadas. Tal relação pode ser visualizada nas avaliações feitas pelos brancos:

Ei-la: geralmente não trabalha, mas esbanja; lerdos, não gostam de trabalhar; pouco agradáveis; preguiçosos; relachados; brutos; sem vontade; lentos; só trabalham para comer; brincam; meio relapsos; dedicam-se mais ao carnaval; péssimos; incomodam; só como

não foi raro também, por outro lado, a exploração dos ‘negros de ganho’, isto é, daqueles que possuíam um ofício, incipiente ou indiferenciado inicialmente, e que pouco a pouco se adestravam nas lides artesanais. Com a Abolição estes negros se inseriram na estrutura ocupacional da cidade como artífices, escapando assim à sorte que esteve reservada para os negros das regiões de exploração escravocrata em grande escala, que quando abandonaram as lides do campo para dirigirem-se às cidades não possuíam qualquer capacitação profissional que os habilitasse à vida urbana, tendo sido, por isto, condenados à vida de ociosidade e privações.” (CARDOSO, 1960b, p.586)

subordinados; negligentes; não gosto; geralmente trabalha no pesado; pouco animados; pouca iniciativa; humildes; um pouco apáticos; como serventes são bons; passáveis; irresponsáveis; preguiçosos e arrogantes; perdem do branco; bom para trabalho braçal; não têm muita afinidade ou atração pelo trabalho; procuram profissões humildes; só trabalharam de fato até 1888; pouca resistência, perseverança e tenacidade; pouca vontade; irregulares; [...](CARDOSO,1960b, p.591)

Como podemos observar, havia uma série de avaliações morais sobre os negros quando era pensada sua participação no mercado de trabalho. Tais avaliações, todavia, eram constituídas à medida que havia diferenciação econômica entre os grupos. Como exemplo disso, temos a visão dos negros operários feitas por brancos da mesma classe de remuneração. Segundo Cardoso, das 23 entrevistas, 20 consideraram os negros aptos a qualquer tipo de profissão, tendo apenas três que os consideravam como aptos apenas para trabalhos socialmente desqualificados (CARDOSO, 1960b). Isto denotava como as avaliações morais eram feitas a partir do pertencimento à classe média, demonstrando a forte polarização entre as dimensões raça/classe no preconceito racial levado a cabo em Porto Alegre:

O problema central da ascensão social do negro é justamente esse: ele que já encontra resistências, veladas ou abertas, entre os brancos de condição social semelhante, terá de conviver e ser aceito pelos brancos das camadas intermediárias e superiores da população, que, se já tendem a impor distância aos “parvenus”, apresentam muito maiores restrições à aceitação de um “parvenu” que além de tudo é negro. Deslocam-se os termos do problema: se nem tudo no Brasil é mero preconceito de classes, como alguns pensavam, para o negro que ascende há além do preconceito de cor o preconceito de classe (CARDOSO, 1960b, p.594).

A complexidade do preconceito racial em Porto Alegre podia ser visualizada nas representações feitas pelos brancos das classes superiores que viam os negros como preguiçosos e incapazes de desenvolver as capacidades para a ação na sociedade capitalista: “perseverança, ambição, espírito de iniciativa e organização, senso de responsabilidade, capacidade de poupança, e todas quantas, conforme se pode ver na lista de estereótipos acima referida¹⁴” (CARDOSO,1960b, p.594).

¹⁴ Para Cardoso essas avaliações eram resultantes da herança do “antigo regime” escravocrata. Por isso, ele não considerava que existissem barreiras intransponíveis para a ascensão dos negros. Nesse sentido, o

Apesar de possuir certo otimismo quanto à futura integração efetiva do negro à sociedade de classes em Porto Alegre, Cardoso observa como os negros foram subintegrados. Isso ocorria porque estes compuseram uma sociedade à parte, pois não foram aceitos como iguais pelos brancos em sua nova condição social (CARDOSO,1960b).

A análise sobre as relações raciais feita por Cardoso demonstrou como havia uma conexão entre raça e classe na compreensão do preconceito racial levado a cabo no sul do Brasil durante os anos 1950. Naquele momento, a sociedade brasileira vivia um importante processo de mudança em termos da urbanização e da industrialização. Isto fazia com que a análise da integração do negro fosse muito importante, pois este teve o pior ponto de partida na sociedade de classes.

Conseguimos visualizar como a dimensão moral possuiu um patamar de centralidade, uma vez que foi responsável por constituir uma série de avaliações sobre os negros e suas (in)capacidades. Essas avaliações eram feitas, sobretudo, pelos setores pertencentes à classe média. Parece-nos que o compartilhamento de sua hierarquia valorativa e intersubjetiva, como aquela sobre as pré-condições para uma participação na sociedade capitalista, e o abandono dos clubes de origem pelos negros que ascendiam foram elementos centrais para demonstrar a centralidade da questão moral. Isto fazia com que o preconceito tivesse de ser pensado pela polarização raça/classe. A questão da raça se explicava pela questão estética, que colocava no branco o padrão de beleza considerado legítimo¹⁵.

autor afirma: “Então, por um lado, as condições para a objetivação das atitudes contrárias ao negro na esfera do trabalho serão provavelmente transformações nas maneiras tradicionais de avaliar-se os negros enquanto trabalhadores. A discrepância encontrada nas respostas das questões analisadas é, justamente, um sinal de que os antigos padrões de julgamento dos negros neste terreno já estão se modificando, embora novos padrões não se tenham imposto de forma geral”(CARDOSO,1960b, p.595).

¹⁵ Vale ressaltar que, apesar de demonstrar a importância da cor da pele como índice de discriminação tão importante quando a classe, Cardoso não desenvolve com sistematicidade este ponto. Outros autores vinculados à cadeira de Sociologia I, como Octávio Ianni e Roger Bastide, analisaram com mais argúcia as consequências da dimensão estética do preconceito racial. Sobre a questão estética, Bastide (idem) argumenta: “Chegamos assim a uma forma de preconceito particularmente marcante que é o preconceito estético. Uma população branca na sua maioria desenvolve com efeito uma série de normas de beleza relacionadas com a sua própria cor, e, na medida em que um indivíduo se afasta dessas normas, é considerado feio”(p.117).

O preconceito racial tinha um peso brutal sobre os negros radicados nas classes populares¹⁶. Assim, as pesquisas de Cardoso trouxeram uma nova interpretação sobre a sociedade escravista no sul do Brasil ao focar seu caráter fortemente desigual, violento e arbitrário que, em termos gerais, não se diferenciava de outras regiões do Brasil nas quais a utilização intensiva de escravos foi feita, como em São Paulo estudado por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Cardoso defendeu também que a herança da sociedade escravista, estamental e tradicionalista foi reproduzida na sociedade capitalista, cuja lógica seria incompatível com a estratificação social que estruturava a escravidão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

3. MUDANÇA SOCIAL E DESIGUALDADE

Depois de termos examinado os trabalhos de Cardoso sobre a escravidão e as relações raciais no sul do Brasil, vamos analisar três trabalhos publicados pelo autor entre o final dos anos 1950 e o início da década de 1960, que analisam as questões da reforma agrária, da relação entre educação e o desenvolvimento e também o comportamento do proletariado. Os textos examinados abaixo referendam as teses defendidas por Florestan Fernandes, então regente da cadeira de Sociologia I da FFCL da USP, da qual Cardoso era o primeiro assistente¹⁷.

Ao analisar o tema da reforma agrária, Cardoso (1960c) aponta como a penetração da organização capitalista no campo trouxe uma diferenciação na antiga estrutura patrimonialista então vigente durante o “antigo regime” escravista. Mesmo assim, apontava como a estrutura agrária era pautada pela grande propriedade e pela concentração de terras, que tinham como consequência um processo de exclusão, uma vez que o latifúndio representava a sobrevivência da estrutura patrimonialista pautada pelo arbítrio. Precisamente, Cardoso defendia que a sociedade de classes marcada por forte desigualdade social, tão bem demonstrada em sua análise sobre a questão racial em

¹⁶ Sobre a questão referente à ascensão do negro na sociedade de classes, Costa Pinto (1998) analisou o Rio de Janeiro e demonstrou como estes indivíduos conseguiram ascender majoritariamente apenas à classe proletária.

¹⁷ Após a criação do Seminário de Marx, Cardoso rompeu parcialmente em termos teórico-metodológicos com Florestan ao eleger a dialética marxiana como o método mais importante a nortear sua pesquisa sobre o Rio Grande do Sul escravista. Com isso, acabou fazendo duras críticas ao estrutural-funcionalismo que era a metodologia mais importante utilizada por Florestan em suas pesquisas. Para uma análise da ruptura parcial de Cardoso em relação a Florestan, ver Ribeiro (2015).

Florianópolis, mantinha a estrutura de dominação, agora representada pela questão agrária.

Cardoso (1969)¹⁸ demonstrava como o processo de modernização e de implantação do capitalismo não foi capaz de “varrer” os elementos pré-modernos que possuíam pleno domínio na antiga ordem. Além disso, a análise de Cardoso apontava como a desagregação do “antigo regime” se dava de forma bastante heterogênea no Brasil, pois ela se diferenciava de região para região.

Com os trabalhos sobre as relações raciais e a reforma agrária demonstraram, havia um grande obstáculo no processo de modernização brasileiro para a instituição de uma ordem plenamente desenvolvida, moderna e democrática, que era a herança arbitrária, tradicional e desigual que fazia com que a sociedade de classes fosse restrita aos grupos dominantes. Não havia a universalização dos direitos para toda a população. Todavia para o sociólogo paulista estava em curso um processo de mudança social.

O artigo “As exigências educacionais do processo de industrialização” foi uma publicação conjunta entre Cardoso e Octávio Ianni, que àquela altura eram primeiro e segundo assistentes do professor Florestan na cadeira de Sociologia I.

O artigo (CARDOSO & IANNI, 1959) inicia sua argumentação refutando a ideia de que o desenvolvimento em países periféricos como o Brasil fosse constituído sob uma base essencialista, uma vez que deveria ser conectado ao movimento do sistema capitalista global. O desenvolvimento que se constituía de forma acelerada não deixava de possuir internamente um caráter de singularidade. Esta era representada pelo peso do elemento tradicionalista, irracional e pré-moderno advindo do mundo rural para a realização plena da nova ordem, como Cardoso havia deixado bastante evidente em suas pesquisas sobre a escravidão e as relações raciais.

O peso do “atraso”, por sua vez, podia ser visualizado na inadequação do sistema educacional à nova ordem estruturada pelo capitalismo e também pelas classes sociais. Ou seja, os valores da sociedade tradicional, pré-moderna, irracional e de castas funcionavam como impeditivos para que a sociedade de classes com todas as suas potencialidades pudesse se institucionalizar de forma profunda e totalizadora. Com isso, a sociedade de classes reproduzia uma profunda desigualdade social já demonstrada em suas pesquisas sobre relações raciais.

¹⁸ Este texto foi apresentado previamente como conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e depois publicado na Revista de Estudos Políticos, n.12 em 1961. Em 1969, Cardoso reuniu artigos que havia publicado durante a década de 1960 no livro Mudanças Sociais na América Latina, no qual o tema da dependência já fazia parte de suas preocupações.

Para defender esta hipótese da inadequação do sistema educacional à nova ordem, o texto incorporou de Florestan a tese da “demora cultural”, que seria o elemento a explicar o porquê de determinadas partes da sociedade demorarem mais para se modernizar do que outras. Neste caso específico, havia um descompasso entre a ordem da sociedade de classes e o sistema educacional pautado por valores tradicionais. Como exemplo concreto, os autores citam o ensino superior que era estruturado por valores da sociedade de base agrária, assim como as escolas politécnicas. Cardoso e Ianni argumentam que o sistema de ensino ficou refém dos interesses dos grupos dominantes. Estes faziam com que ele não se enquadrasse às exigências de uma sociedade em processo de mudança social e em desenvolvimento:

Vê-se, pois, que numa sociedade em processo de mudança social, como a nossa, existem estímulos e incentivos que se prendem à ordem tradicional, capaz de arrefecer os efeitos dinâmicos da introdução de certas inovações educacionais. Dessa forma, se não pudermos prever a “capacidade de assimilação” que a tradição cultural do País exerce sobre as inovações deliberadamente introduzidas no ensino, dificilmente os planos de reforma obterão resultados satisfatórios, e frequentemente representarão uma inversão pouco produtiva de capital (CARDOSO e IANNI, 1959, p.155).

Para resolver o problema educacional brasileiro de maneira a fazer com que ele pudesse cumprir a sua função de elemento impulsionador do desenvolvimento era necessário que a tradição, considerada danosa, fosse eliminada completamente. Desta forma, a ordem moderna deixaria de ser algo superficial, de fachada e viria a ser efetivamente institucionalizada e incorporada pelas condutas do cidadão comum e dos homens de ação. Sintetizando, o conjunto de reformas gerais seria responsável por colocar a educação junto às exigências econômicas da sociedade brasileira para a consecução de um moderno e pleno processo de desenvolvimento.

Já o artigo “Atitudes e motivações desfavoráveis à mudança social” (CARDOSO & IANNI, 1960c) foi previamente apresentado no Seminário do Conselho Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais - CLAPCS, organizado por Luiz Aguiar Costa Pinto, em 1959, e publicado no boletim da instituição em agosto de 1960. Neste texto, Cardoso e Ianni procuram explicar por que a classe operária brasileira, então em franco processo de expansão nos anos 1950, não possuía uma ação conjunta e positivamente articulada como a sua congênere existente na Europa, por exemplo. Ou

seja, por que a classe operária não possuía consciência de classe sobre os seus interesses e respectivos papéis?

Para explicar a questão, os autores procuram, assim como já haviam feito no texto sobre a questão educacional, refutar a ideia de que o subdesenvolvimento periférico tivesse uma realidade e consequente explicação essencialista. Segundo os autores, os países desenvolvidos também haviam passado por situação semelhante ao caso brasileiro, o que demonstraria que a periferia não estava eternamente fadada ao subdesenvolvimento.

Segundo os autores, os operários padeciam da falta de consciência racional dos seus interesses como classe social, uma vez que esta ainda não havia completado o seu processo de constituição devido à permanência de elementos tradicionais, irracionais e, portanto, pré-modernos. Para resolver a inércia da classe operária, Cardoso aponta a industrialização, a racionalização e a secularização como possibilidades efetivas para modificar a conduta de forma que eles pudessem agir como uma classe social positivamente estabelecida.

Portanto, suas ações só seriam efetivas quando pudessem se livrar das amarras do passado que os prendiam de forma paralisante ao paternalismo brasileiro, que proporcionava uma organização empresarial nos moldes patrimonialistas (CARDOSO, 1960c). Apenas desta forma a modernidade poderia se institucionalizar e transformar a ordem tradicionalista, autoritária e desigual em uma ordem moderna, racional, secular e democrática.

Como pude demonstrar acima, as proposições de Cardoso sobre a questão agrária, o sistema educacional e o comportamento do operariado possuem uma ligação direta com suas pesquisas sobre a sociedade escravista e as relações raciais no sul do Brasil. Esses trabalhos são indissociáveis porque o entendimento amplo dos dilemas relativos à mudança social no Brasil apenas poderia ser plenamente obtido através da ênfase na herança do “antigo regime” analisado por Cardoso em suas pesquisas no sul do Brasil. Desta forma, o autor defendeu que a sociedade brasileira dos anos 1950 e início dos anos 1960 ainda possuía uma presença marcante da sociedade escravista e tradicional, que deixava como consequência uma profunda desigualdade social e um atraso nas questões agrária, educacional e no comportamento do operariado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada das pesquisas de Cardoso realizadas nos anos 1950 e publicadas entre o final desta década e o início dos anos 1960 é fundamental por dois motivos. O primeiro é o enfoque em questões centrais para a intelectualidade do período acima referido, que eram as relações raciais e a mudança social e seus respectivos dilemas como a desigualdade social. Com isso, argumentamos que um melhor entendimento de suas formulações acerca da mudança social só pode ser alcançado quando esta produção é conectada às pesquisas sobre a sociedade escravista e as relações raciais. Ao fazer uma leitura alternativa de sua tese de doutorado, conseguimos conectá-la ao propósito original da pesquisa no Rio Grande do Sul bem como à pesquisa feita sobre Florianópolis, além de ligá-la aos textos publicados sobre o tema da mudança social.

O outro motivo foi a possibilidade de construir uma visão mais abrangente da produção intelectual de Cardoso, uma vez que esta deixou de ficar circunscrita ao tema da dependência que se tornou uma espécie de “variável independente” em sua produção. O artigo, portanto, teve como objetivos enfatizar temas centrais para a intelectualidade brasileira na metade do século XX, bem como apresentar uma parte esquecida da produção intelectual do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

A ênfase nos temas acima citados nos dá a possibilidade de valorizar as pesquisas do jovem Cardoso, pois demarcamos a importância que suas pesquisas tiveram para a construção de uma nova interpretação sobre a questão racial no sul do Brasil. Acreditamos ter contribuído, também, para a crítica às interpretações reducionistas que se tornaram hegemônicas, sobretudo, após Fernando Henrique Cardoso ter assumido a Presidência da República em 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTAS Jr, Paulo N. (1999). Dependência: da teoria à prática. São Paulo, Estudos Avançados, vol.13, n.37 p.215-224.

BASTIDE, Roger. (2008). Manifestações do preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global, 4ª edição.

BOTELHO, André. (2008). Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação. In: BOTELHO, André *et.al.* (Orgs). O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks.

CARDOSO, F.H. (1957a). Desenvolvimento econômico e nacionalismo. São Paulo, Revista Brasileira, n.12,pp.88-98.

CARDOSO, F.H., IANNI, Octávio, MOREIRA, Roberto Jardim.. (1957). O estudo sociológico das relações ente negros e brancos no Brasil Meridional. Salvador, Anais de Reunião Brasileira de Antropologia. Bahia S.A. Artes Gráficas, p.213-219.

CARDOSO, F. Henrique. (1958). O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo, Anhembi, n.51, setembro, p.16-21.

CARDOSO, F.H. & IANNI, Octávio. (1959). As exigências educacionais do processo de industrialização. São Paulo, Revista Brasiliense, número 26, novembro-dezembro,p..141-168.

CARDOSO, F.H. & IANNI, Octávio. (1960a). Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional.

_____. (1960b). Os Brancos a e ascensão social dos negros em Porto Alegre.São Paulo, Anhembi, n.117, agosto de, p.583-596.

_____. (1960c). Atitudes e motivações desfavoráveis à mudança social. Rio de Janeiro, Boletim da CLAPCS, ano III, agosto, p.15-22

_____. (1969) [1961]. Tensões sociais no campo e reforma agrária. In: Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo, Ed. Difusão Europeia do Livro, p.221-238.

_____. (1993). Livros que inventaram o Brasil. São Paulo, Novos Estudos, n.37,p.21-35.

_____. (2000). *Negros em Florianópolis: relações sociais em econômicas*. Florianópolis, Ed Insular.

_____. (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

_____. (2006). Fernando Henrique Cardoso. In: BASTOS, Elide R. *et. al.* (Org) . *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo, editora 34.

_____. (2008). Uma pesquisa impactante. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo, Global, 4ª edição.

COSTA PINTO, L.A. (1998). *O negro no Rio de Janeiro: relações raciais em uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2ª edição.

COTRIM, Ivan. (2001). O capitalismo dependente de Fernando Henrique Cardoso. 331f. Dissertação de mestrado em Sociologia –UNICAMP, Campinas.

FERNANDES, Florestan. (1978). *A condição de sociólogo*. São Paulo, Ed. Hucitec.

_____. (2008a). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ed. Globo, vol.1.

_____. (2008b). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ed. Globo, vol.2.

HONNETH, Axel. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34, 2ª edição.

- IANNI, Octávio. (1962). *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro.
- MAIO, Marcos Chor. (1997). *A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política, -IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. (1999). O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. São Paulo, RBCS, n.41, p.141-158.
- NABUCO, Joaquim. (2000). *O Abolicionismo*. São Paulo, Publifolha.
- RIBEIRO, Marcos Abraão F. (2015). *Os limites estruturais da modernização brasileira: trajetórias em movimento de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (1954-1988)*. 554f. Tese de doutorado em Sociologia Política – UENF, Campos dos Goytacazes.
- SCHWARZ, Roberto. (1998). Um seminário de Marx. São Paulo, Novos Estudos, n.50, p.99-114.
- SORJ, Bernardo. (2000). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- TAVOLARO Sergio. (2005). Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. São Paulo, RBCS, n.59, p.5-22
- TRASPADINI, Luciana. (1999). *A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. (1999). Ideias de poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso. São Paulo, Estudos Avançados, 1999, p.225-247.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. (2006) *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. FVG.
- WERNECK VIANNA, Luiz J.(2004) *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2ª edição.

Marcos Abraão Ribeiro

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense